



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
REITORIA

ATA DA 98ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, a partir das nove horas e trinta e nove minutos, realizou-se, via webconferência, a nonagésima oitava reunião do Conselho Superior - Consup do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG. A reunião teve como pauta: Metodologia e Cronograma do Congresso Institucional - Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2026-2030. A reunião foi presidida pela presidente do Conselho Superior, professora Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, e secretariada pela servidora Cláudia Beatriz Carrião Alves, Chefe de Gabinete da Reitoria. Participaram da reunião os conselheiros: Alessandro Ribeiro de Sousa, Dirceu Luiz Hermann, Eliane Duarte da Costa, Evaldo Gonçalves Silva, Felipe de Moura Santos, Fernando Viana Costa, Ione dos Santos Velame, Janaina Cristina de Jesus, João Dib Filho, João Pires Júnior, José Carlos Barros Silva, Kátia Cilene Costa Fernandes, Luís Roberto Dias, Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu, Paulo Roberto de Oliveira Garcia, Reinaldo de Lima Reis Junior, Roger Danillo Barcellos Santos Medeiros, Ruana Domingos Brandão, Ruberley Rodrigues de Souza, Sandra Abadia Ferreira e Sthéfanny Mémore do Carmo. Justificaram a ausência os conselheiros: André Luiz Souza de Jesus, Danyell Oliveira Freitas, Elias de Pádua Monteiro, Elizabete de Paula Pacheco, Diego Silva Xavier, Lorena Pereira de Souza Rosa e Luciana Barbosa Candido Carniello. Não compareceram os conselheiros: Alexandre Teles Garcia, Caio Pires Nogueira Reis, Claudemir José Bonatto, Iêda Leal de Souza, Lucas Rezende Silva e Renan Henrique Batista Amancio. A presidente iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes na sala virtual e a comunidade acadêmica que acompanhava a reunião transmitida ao vivo pelo canal oficial do IFG no YouTube. Em seguida, realizou a autodescrição. A presidente solicitou que o Conselho se unisse em 1 minuto de silêncio pelos dois feminicídios ocorridos no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Ressaltou que se trata de um gesto de solidariedade às famílias e aos colegas do CEFET/RJ e de um compromisso para reafirmar que a educação é um espaço seguro a todas as pessoas. Agradeceu a todos que auxiliaram na realização desta reunião, às interpretes de Libras, Egláia Nunes Vieira e Jane Amado da Silva, aos servidores que estão no apoio técnico da transmissão e da gravação, Aldo Silva e Kleber Pinheiro Bessa Júnior, à Secretaria do Consup, ao Gabinete da Reitoria, à Diretoria de Comunicação Social e a todos que, direta ou indiretamente, contribuem para a realização desta reunião. Apresentou as justificativas de falta, que, em votação, foram homologadas, e leu a pauta da reunião. Em seguida, passou a palavra ao conselheiro José Carlos Barros Silva, presidente da Comissão Especial responsável pela apreciação e emissão de parecer relativo à Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional - Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2026-2030. O conselheiro parabenizou o Câmpus Luziânia e os demais câmpus que participaram do Projeto Alvorada, fez a leitura do Parecer e agradeceu a todos os membros da Comissão Especial pelo trabalho e pelas contribuições. A presidente também parabenizou a Comissão Especial pelo trabalho e colocou em apreciação o Parecer. O conselheiro Fernando Viana Costa destacou a questão da vigência dos documentos, ressaltou que o PDI terá vigência até 31 de dezembro de 2025 e que ao longo de 2026 a Instituição estará trabalhando para construir o PDI e o PPPI do período 2026-2030, logo os novos documentos entrarão em vigor somente em 2027. Explicou que, ao retomar a leitura do PDI, pôde observar que o Anexo 10 do referido documento traz um indicativo de metodologia para o encaminhamento dos trabalhos do Congresso Institucional, as diretrizes gerais para elaboração do PDI. Questionou se a Reitoria, ao apresentar a Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional - Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2026-2030, e a Comissão Especial, ao analisar essa Proposta, realizaram o trabalho à luz do Anexo 10 do PDI. O conselheiro José Carlos esclareceu ao conselheiro Fernando que a Comissão Especial avaliou apenas a Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional - Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2026-2030, portanto não considerou o PDI e o Anexo 10. A presidente pediu desculpas ao conselheiro Alessandro Ribeiro de Sousa, por não ter visto o pedido de fala dele antes do pedido de fala do conselheiro Fernando. A presidente pediu licença aos conselheiros e passou a palavra ao conselheiro Reinaldo de Lima Reis Junior, a fim de que o questionamento do conselheiro Fernando fosse esclarecido. O conselheiro Reinaldo explicou que acompanhou o trabalho realizado na Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (APDI) pela Assessora Priscylla Dietz Ferreira Amaral durante a elaboração da Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional, e algumas questões foram colocadas como premissas, uma delas é a observação do que está no PDI e do que consta no Anexo 10. O conselheiro explicou que o acompanhamento do desenvolvimento e do cumprimento das metas do PDI está sendo feito por uma comissão nomeada por portaria e coordenada pela APDI. Argumentou que é preciso fazer um Congresso Institucional que dê conta de garantir a representatividade institucional de todas as unidades e categorias e que consiga ter um cuidado com a eficiência do ponto de vista da ação. Considerou que a Instituição não pode continuar reproduzindo uma lógica de Congresso Institucional que dure dois, três anos, pois vai se perdendo a capacidade de construção de maturidade política do Congresso. Ressaltou que é preciso considerar também a questão orçamentária, portanto, faz-se necessário haver uma eficiência, por isso foram pensadas as três etapas, sendo a segunda de forma remota. O conselheiro argumentou que, diante dessa organização, a proposta de metodologia cumpriu o que está proposto no PDI. O conselheiro esclareceu que a avaliação da execução das metas está sendo feita agora e o que se poderia questionar é que era importante já ter esse documento pronto para pensar a metodologia, contudo isso está sendo feito somente agora. Reforçou que o Anexo 10 foi observado, bem como a realidade concreta foi considerada, para atender ao que se pede para realizar o Congresso Institucional. A

palavra foi passada ao conselheiro Alessandro que questionou o Parecer com relação à proposta de mudança na composição da Comissão Sistematizadora que passaria a se chamar Comissão Central. O conselheiro propôs revisão da representação do Colégio de Dirigentes, volta de dois representantes da APDI e, como suporte, a Diretoria de Tecnologia da Informação e a Diretoria de Comunicação Social. O conselheiro sugeriu também a inclusão das demais comissões, como Comissão Interna de Supervisão, Comissão Permanente de Pessoal Docente e Comissão Interna de Saúde do Servidor Público, que, assim como Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR), são de interesse relevante para a comunidade e não foram consideradas. O conselheiro argumentou que o parecer indica os membros do sindicato como representantes com direito a voto, mas não deixa claro quantos representantes e quais entidades sindicais. O conselheiro destacou que é preciso estabelecer um limite para a representação sindical e indicar quais entidades sindicais participarão. A palavra foi passada ao conselheiro Ruberley Rodrigues de Souza, que parabenizou a Comissão Especial pelo trabalho e pelo Parecer. O conselheiro considerou que a Comissão Central não pode ser tão extensa e que é preciso diferenciar os membros do Congresso Institucional dos membros da Comissão Central. O conselheiro ponderou que comissões menores organizam-se e trabalham melhor e esclareceu que a Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional considera o que está disposto no Anexo 10. O conselheiro esclareceu que, com exceção da avaliação, que seria feita pelo Observatório do Mundo do Trabalho, todas as outras etapas foram contempladas, e a primeira etapa é a constituição da comissão. O conselheiro ressaltou que um ano é tempo suficiente para realizar o Congresso Institucional e observou que o PDI já deveria estar pronto, contudo, a pandemia paralisou muitos trabalhos. O conselheiro solicitou à Comissão Especial correção no Parecer, quando menciona que o segundo Congresso ocorreu em 2017, pois aconteceu em 2018. O conselheiro Paulo Roberto de Oliveira Garcia considerou que uma comissão com muitos membros pode gerar reuniões com pequenas plenárias, explicou que o importante é o que se está deixando garantido é a participação dos delegados natos no Congresso. Esclareceu que a Comissão Especial, ao elaborar o Parecer, não alterou nada do cronograma proposto pela Reitoria por meio da APDI. Propôs, para a próxima reunião do Consup, a votação pela aprovação da prorrogação do PDI. O conselheiro Evaldo Gonçalves Silva destacou que a redução da participação dos dirigentes da Instituição na comissão de organização do Congresso é para otimizar o trabalho e para que não se tenha uma comissão muito grande. Em interlocução com o conselheiro Alessandro, esclareceu que, de modo geral, a proposta do parecer é dois representantes de cada um dos sindicatos, o Sint-IFESGO e o SINASEFE. Em relação à participação das demais comissões permanentes, o conselheiro Evaldo considerou que não há prejuízo, caso este Conselho decida indicar pela representação delas. O conselheiro ressaltou que o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas não é institucionalizado e não está presente em todos os câmpus, diferentemente da CPPIR. O conselheiro esclareceu que, como a pauta étnico-racial é transversal e perpassa o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a governança e a política de gestão de pessoas, houve a proposição para que a CPPIR estivesse representada em cada um dos eixos temáticos. O conselheiro João Dib Filho, por meio de mensagem no chat, registrou que entende a consideração do conselheiro Fernando sobre realizar avaliações do que ocorreu no atual PDI para, então, dar andamento no novo PDI. O conselheiro questionou se o Observatório do Mundo do Trabalho tem as avaliações realizadas durante os anos nos câmpus e no IFG como um todo. Em interlocução com os apontamentos feitos pelo conselheiro Fernando, a conselheira Janaina Cristina de Jesus ponderou que a resposta dada pelo professor José Carlos redireciona o pensamento deste Conselho. A conselheira explicou que a Comissão Especial não considerou o PDI como objeto de análise, porque não constava no Processo, e, talvez, porque houve descuido ou preocupação de se ater ao que se tinha, sem considerar um elemento fundamental que é a historicidade de tudo que a Instituição já viveu e de que os documentos precisam nos dar segurança dos caminhos percorridos. A conselheira argumentou que, em certa medida, a análise da Comissão fica comprometida, quando o conselheiro Fernando chama a atenção para os anexos do PDI. Com relação à representação estudantil, a conselheira ressaltou que houve um ganho no Parecer com a tentativa de legitimar a presença de estudantes. A conselheira destacou que é preciso ponderar a validade do PDI, pois, a urgência do cronograma pode estar vinculada, corretamente, à preocupação de que a Instituição fique em insegurança administrativa sem um PDI em vigor. A conselheira sugeriu que a aprovação da prorrogação do PDI ocorra nesta reunião. Dialogando com o conselheiro Alessandro, a conselheira esclareceu que, no Parecer, a Comissão teve o cuidado de ser concisa, pois a Proposta trazia a representação do Observatório do Mundo do Trabalho. A conselheira questionou sobre quais são os grupos que, de fato, apresentam para a Instituição hoje elementos para o diagnóstico e para a proposição, inclusive, dos câmpus que estão chegando. O conselheiro Fernando ressaltou que o Congresso Institucional aprovou uma metodologia que, neste momento de instauração do próximo Congresso, não está sendo considerada. O conselheiro destacou que a fase mais importante agora é exatamente a que não consta na Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional e sobre a qual o Conselho precisa se debruçar: avaliar o que já foi realizado para, a partir daí, pensar os desdobramentos e construí-los. O conselheiro pediu vista do Processo, justificando que a Comissão Especial não apreciou a metodologia que já está aprovada no PDI e ressaltou a necessidade de se fazer ajustes, para que a Instituição seja consequente com o PDI e eficiente em uma política que consiga fazer avaliação e diagnóstico, bem como produzir um Congresso Institucional que certamente será um dos mais importantes e exitosos. A presidente explicou que havia pedido para a Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional entrar na reunião, a fim de esclarecer sobre a Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional, contudo, diante do pedido de vista do Processo, a participação poderia ficar para a próxima reunião. O conselheiro Alessandro também pediu vista do Processo por meio de mensagem no chat. A presidente passou a palavra ao conselheiro Reinaldo, que também pediu vista do Processo, justificando a importância de melhorar a Proposta de Metodologia de forma a atender à cultura institucional construída e, ao mesmo tempo, fazer um Congresso com um coletivo que consiga participar do início, do meio e do fim, em razão da efetividade e da democracia. A conselheira Janaina sugeriu escutar a Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, uma vez que ela já havia sido convidada para falar sobre a Proposta de Metodologia. A conselheira também questionou sobre a representatividade do conselheiro Reinaldo. A presidente explicou que o conselheiro Reinaldo é suplente do Colégio de Dirigentes e substitui a conselheira Lorena Pereira de Souza Rosa. A presidente esclareceu que os conselheiros que pediram vista do Processo poderão entrar em contato com a Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional para buscar informações, esclarecimentos e contribuições. O conselheiro Luís Roberto Dias sugeriu ao conselheiro Fernando que, no pedido de vista do Processo, observe a questão da representatividade dos egressos e do grêmio estudantil, pois a Proposta de Metodologia não traz essa participação. O conselheiro José Carlos reforçou a proposição de aprovação da prorrogação do PDI, como sugerido pela conselheira Janaina. A presidente fez a leitura do art. 43 do Regimento do Conselho Superior, que dispõe sobre o pedido de vista, e sugeriu que a

questão da Proposta de Metodologia e de Cronograma do Congresso Institucional fosse tratada como ponto de pauta na próxima reunião, agendada para 15 de dezembro de 2025. O conselheiro Reinaldo propôs que os três conselheiros que pediram vista do Processo elaborem apenas um documento para apresentar ao Conselho. O conselheiro Alessandro aceitou a sugestão. O conselheiro Fernando aceitou, contudo, esclareceu que, caso não ocorra convergência, cada um apresentará o seu documento. Em seguida, a presidente colocou em apreciação a aprovação da prorrogação do PDI até 31 de dezembro de 2026. Em votação, a prorrogação foi aprovada. O conselheiro João Dib, em mensagem no chat, ponderou que, se a avaliação tomar tempo considerável, o prazo de prorrogação pode não ser atendido. A presidente esclareceu que será feita a avaliação da previsão e da discussão e o pedido de vista do Processo poderá ajudar a avaliar, de fato, o que já se tem e o prazo. Explicou que, por enquanto, a prorrogação fica até dezembro de 2026. A conselheira Janaina expressou a preocupação com relação à participação estudantil e sugeriu que seja dada autorização aos conselheiros Fernando, Alessandro e Reinaldo para dialogar com os discentes, pois não houve representatividade dos estudantes na Comissão Especial. A presidente também expressou a preocupação com relação à representação dos discentes, que não têm comparecido às reuniões e esclareceu que há uma intenção de dialogar com eles para saber o que está acontecendo. O conselheiro Reinaldo ressaltou que os processos alongados dificultam a participação dos estudantes e destacou que, com o pedido de vista do Processo, o cronograma precisa ser repensado, pois havia uma etapa para ser cumprida até 19 de dezembro de 2025. O conselheiro enfatizou que, com o pedido de vista do Processo, a composição da Comissão Sistematizadora fica prejudicada, e os calendários letivos do primeiro semestre de 2026 só estarão efetivamente em atividade acadêmica e profissional a partir de março. Encerradas as discussões e os pontos de pauta, a presidente agradeceu a presença e as contribuições de todos os conselheiros e encerrou a reunião às onze horas e quinze minutos. Por fim, eu, Claudia Beatriz Carrião Alves, lavrei a presente ata, que será encaminhada via correio eletrônico aos conselheiros presentes nesta reunião, para apreciação e posterior assinatura em plataforma digital.

Presidente do Conselho Superior

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Representantes do Colégio de Dirigentes

Ione dos Santos Velame (titular)

Kátia Cilene Costa Fernandes (titular)

Ruberley Rodrigues de Souza (titular)

Reinaldo de Lima Reis Junior (suplente)

Sandra Abadia Ferreira (suplente)

Representantes dos Docentes

Dirceu Luiz Hermann (titular)

Fernando Viana Costa (titular)

João Dib Filho (titular)

Janaina Cristina de Jesus (titular)

José Carlos Barros Silva (titular)

Representantes dos Técnicos Administrativos

Alessandro Ribeiro de Sousa (titular)

Evaldo Gonçalves Silva (titular)

Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu (titular)

Ruana Domingos Brandão (suplente)

Representante dos Discentes

Sthéfanny Mémora do Carmo (titular)

Representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

Paulo Roberto de Oliveira Garcia (titular)

Representante da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação do Estado de Goiás

Eliane Duarte da Costa (titular)

Representante da Federação do Comércio do Estado de Goiás

Felipe de Moura Santos (suplente)

Representante dos Egressos indicado pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região

Luís Roberto Dias (titular)

Representante dos Egressos indicado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

Roger Danillo Barcelos Santos Medeiros (titular)

Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

João Pires Júnior (titular)

Secretária Substituta do Conselho Superior

Claudia Beatriz Carrião Alves

Documento assinado eletronicamente por:

- João Pires Júnior, João Pires Júnior - 1142 - DIRIGENTES E ADMINISTRADORES DE ENTIDADES PATRONAIS E DOS TRABALHADORES E DE OUTROS - Ifg (10870883000144), em 21/01/2026 17:39:29.
- Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon, REITOR(A) - CD1 - IFG, em 22/12/2025 16:12:18.
- Fernando Viana Costa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 16/12/2025 21:27:01.
- Felipe de Moura Santos, Felipe de Moura Santos - Outros - Senac (03608475000153), em 15/12/2025 17:18:33.
- Sandra Abadia Ferreira, PRO-REITOR(A) - CD2 - REI-PRODI, em 12/12/2025 13:02:57.
- Sthéfanny Mémore do Carmo, 20202070110083 - Discente, em 12/12/2025 11:35:49.
- Jose Carlos Barros Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2025 10:16:28.
- Joao Dib Filho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2025 09:48:24.
- Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu, COORDENADOR(A) - FG1 - REI-CGB, em 11/12/2025 08:20:42.
- Reinaldo de Lima Reis Junior, PRO-REITOR(A) - CD2 - REI-PROEX, em 10/12/2025 18:11:21.
- Alessandro Ribeiro de Sousa, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 10/12/2025 11:01:07.
- Roger Danillo Barcelos Santos Medeiros, Roger Danilo Barcelos Santos Medeiros - Outros - Crea-Go (01619022000105), em 10/12/2025 08:09:29.
- Ruberley Rodrigues de Souza, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CP-JATAI, em 10/12/2025 05:54:42.
- Ione dos Santos Velame, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CP-LUZIANI, em 09/12/2025 18:30:07.
- Janaina Cristina de Jesus, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/12/2025 15:36:35.
- Katia Cilene Costa Fernandes, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - CP-ANAPOLI, em 09/12/2025 15:11:39.
- Dirceu Luiz Hermann, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/12/2025 14:52:52.
- Evaldo Goncalves Silva, JORNALISTA, em 09/12/2025 13:53:11.
- Paulo Roberto de Oliveira Garcia, GERENTE - CD4 - JAT-GA, em 09/12/2025 13:34:01.
- Ruana Domingos Brandao, TECNICO DE LABORATORIO AREA, em 09/12/2025 13:26:24.
- Eliane Duarte da Costa, Elaine Duarte da Costa - Outros - Sedi (21652711000110), em 09/12/2025 13:23:38.
- Claudia Beatriz Carriao Alves, CHEFE DE GABINETE - CD3 - REI-CG, em 09/12/2025 13:18:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 724699

Código de Autenticação: 3388550a97



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Rua C-198, Quadra 500, S/N, Jardim América, GOIÂNIA / GO, CEP 74270-040
Sem Telefones cadastrados